





De forma menos expressiva do que observamos em outros países europeus, mas com idênticos mecanismos e agentes, a imprensa conquista um lugar de destaque na vida cultural e política portuguesa depois da segunda metade do século XVIII. Em teoria, os homens de letras acreditam-se na sociedade exibindo distância em relação aos leitores e desinteresse em relação aos poderosos. Na prática, mesmo quando a sua actividade se encontra enquadrada por academias e outras instituições, dificilmente sobrevivem sem a protecção de um mecenas<sup>1</sup>. Com maior ou menor independência de protectores influentes, a acção dos homens de letras é ainda indissociável da popularidade granjeada por novos espaços públicos de debate e comunicação de ideias. Através dos discursos, representações e actos que assinalam a emergência de uma outra instância de julgamento na sociedade – a opinião pública –, os homens de letras dão expressão a um novo poder imaginário de carácter colectivo que os suporta, mas que eles não controlam inteiramente<sup>2</sup>. Em finais de Antigo Regime, a legitimidade desse novo e invisível poder aparece associada à ideia de que só a liberdade “nutre a verdadeira Filosofia”. De acordo com este princípio, a base da opinião pública assentava, expressamente, no reconhecimento de que “a Filosofia mudou a face da Europa, e em Portugal não lhe custou pouco; mas enfim mudou”, conforme escreve, em 1787, dois anos antes da Revolução Francesa, um autor anónimo português<sup>3</sup>. Mobilizando a atenção do maior número de leitores, espectadores, e actores sociais, a opinião pública, suportada pelas elites cultivadas, surge assim como o resultado esclarecido da reflexão efectuada em comum, sobre os fundamentos da ordem social<sup>4</sup>. Porém, antes de ser um facto sociológico incontestável, a opinião pública impõe-se como meio retórico, como figura discursiva engendrada pelas elites esclarecidas que se impõem através da criação desta entidade colectiva ficcional de suporte racional.

<sup>1</sup> Ivan Teixeira, *Mecenato Pombalino e Poesia Neoclássica*, São Paulo, Edusp, 1999 e Teófilo Braga, *História da Literatura Portuguesa, Os Arcades*, Lisboa, INCM, 2005 (3.ª ed.).

<sup>2</sup> As primeiras formulações, de carácter filosófico, do conceito de opinião pública surgem na segunda metade do século XVIII, conforme sustentam, com sólidos argumentos, Mona Ozouf, “‘Public opinion’ at the end of the Old Regime”, *Journal of Modern History*, 60 (1988), pp. 1-20; Roger Chartier, *Les origines culturelles de la Révolution Française*, Paris, Seuil, 1990; Keith Baker, *Au tribunal de l'opinion. Essais sur l'imaginaire politique au XVIII<sup>e</sup> siècle*, Paris, Payot, 1993; e J. A. W. Gunn, *Queen of the World: Opinion in the Public Life of France from the Renaissance to the Revolution*, Oxford, Voltaire Foundation, 1995.

<sup>3</sup> Ana Cristina Araújo, “O Filósofo Solitário e a esfera pública das Luzes”, *Estudos de Homenagem a Luís António de Oliveira Ramos*, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2004, vol. 1, p. 200. Para uma visão de conjunto, remetemos para o nosso livro, *A Cultura das Luzes em Portugal. Temas e problemas*, Lisboa, Livros Horizonte, 2003, pp. 66-85.

<sup>4</sup> De acordo com os postulados teóricos de Jürgen Habermas, *L'espace public. Archéologie de la publicité comme dimension constitutive de la société bourgeoise*, trad. de Marc B. de Launay, Paris, Payot, 1993 (1.ª ed. em alemão, 1962) e de Reinhart Koselleck, *Crítica e Crise*, Rio de Janeiro. Uma contribuição à patogênese do mundo burguês, trad. de Luciana Villas-Boas Castelo-Branco, Eduerj/Contraponto Editora, 1999 (1.ª ed. em alemão, 1959).



De forma persuasiva e continuada, os escritores dirigem-se assim ao público utilizando, muitas vezes, a crítica de costumes para exprimir as suas opiniões e formar a opinião geral<sup>5</sup>.

No português corrente do século XVIII a palavra opinião é usada para exprimir asserções ou verdades comuns. Nos círculos eruditos mais permeáveis à filosofia experimental, o mesmo termo, quando equiparado ao conhecimento de senso comum, é tomado como sinónimo de erro<sup>6</sup>. Em geral, para os filósofos das Luzes, a opinião esclarecida garante ainda a pluralidade e a intencionalidade crítica dos juízos proferidos em benefício da sociedade. A crítica filosófica empresta, desta forma, um estatuto elevado ao julgamento virtuoso e ao juízo antitético. De acordo com esta dupla acepção, o substantivo opinião acaba por “dignificar” o direito à “originalidade das ideias”, contra a assumpção acrítica de teses, doutrinas e argumentos de autoridade<sup>7</sup>. Ao nomear e ao substantivar a matéria do pensamento, a opinião, mediada pela crítica da razão, compromete a existência de verdades pretensamente intemporais e eternas. Com isto, o reino da opinião contrapõe-se ao reino fechado da evidência e ao reino difuso do senso comum, contribuindo, simultaneamente, para criar valores alternativos no interior de espaços culturais em que impera a força da tradição e o poder do dogma. Registe-se ainda que o *Dicionário de Língua Portuguesa* de Morais Silva (1789) dá como sinónimos de “opinião” as palavras “voto” e “parecer”. Para Morais Silva opinião significa: “parecer, ditame, sentimento e juízo que se forma de alguma coisa” e, também, “voto que se dá”<sup>8</sup>. Quem emite parecer conserva o estatuto tradicional de “homem de opinião”, isto é, “bem conceituado, de que se esperam boas e grandes coisas”<sup>9</sup>.

<sup>5</sup> Na mesma linha, Javier Fernández Sebastián salienta, na introdução à obra *L'avènement de l'opinion publique. Europe et Amérique XVIII<sup>e</sup>-XIX<sup>e</sup> siècles*, Paris, L'Harmattan, 2004, que «pour les collaborateurs de ce livre l'opinion publique est un concept politique ancré dans le temps et l'espace, dont l'émergence est liée à la dernière phase de l'Ancien Régime et au tout début du libéralisme dans le monde occidental», p. 10.

<sup>6</sup> Noção que Bento Feijoo, um dos autores mais lidos na Península Ibérica no século XVIII, contribui para vulgarizar, fazendo equivaler “opinião” e “erro comum” em *Teatro Crítico e Universal*. Cf. Joaquim Alvarez Barrientos, “Écrivains, opinion publique et pouvoir politique en Espagne au XVIII<sup>e</sup> siècle”, in Javier Fernández Sebastián et Joëlle Chassin (coord.), *L'avènement de l'opinion publique. Europe et Amérique XVIII<sup>e</sup>-XIX<sup>e</sup> siècles*, Paris, L'Harmattan, 2004, pp. 51-52.

<sup>7</sup> Telmo dos Santos Verdelho, *As palavras e as ideias na Revolução Liberal de 1820*, Lisboa, INIC, 1981, pp. 136-137.

<sup>8</sup> Antonio de Morais Silva, *Dicionário de Língua Portuguesa, recopilado de todos os impressos até o presente*, Lisboa, Tip. de M. P. de Lacerda, 1823 (1.<sup>a</sup> edição 1789). Sobre o assunto vide Telmo dos Santos Verdelho, *ob. cit.*, p. 137.

<sup>9</sup> Idem, *ibidem*.

Estes traços de identificação, assinalados pelo dicionarista, são importantes para explicar a progressiva integração na sociedade portuguesa setecentista de elites culturais dissidentes e, também, para se compreender a permeabilidade do Estado ao poder de influência de um número cada vez maior de publicistas, académicos e intelectuais<sup>10</sup>.

Até meados do século XIX, os dicionários portugueses mantêm inalterado o quadro sinónimo herdado do tempo forte das Luzes, não registando, em apêndice ou em entrada autónoma, o sintagma, amplamente popularizado pelos porta-vozes das ideias liberais, de “opinião pública”<sup>11</sup>. Esta evolução lexical é contudo explícita em textos e periódicos anteriores e posteriores à Revolução Francesa<sup>12</sup>. A relação instável e cambiante da convenção linguística, os usos diferenciadores da linguagem, a oposição e a conjugação entre o singular e o colectivo, o privado e o público constituem, por outro lado, aspectos fundamentais para determinar o impacte social da crítica que tem como alvo e como destinatário o público.

A este respeito, retenha-se que um dos traços dominantes da imprensa portuguesa de finais de século XVIII e alvares do século XIX reside na enorme expansão que alcançam os periódicos humorísticos de crítica social. O seu elevado número parece sugerir que a aptidão para a leitura vai ganhando terreno em segmentos restritos da população urbana e que o sucesso de alguns títulos é consentâneo com a emergência de novas sensibilidades e correntes de gosto na sociedade portuguesa, em especial em Lisboa e outras cidades do país<sup>13</sup>. O primeiro sinal de receptividade a este tipo de folha volante é dado pelas *Palestras Críticas e Semijocosas*, em que se repreendem os costumes e as modas afectadas (Lisboa, 1771) e pelos *Ópios que dão os Homens e as Senhoras na Cidade de Lisboa Huns aos Outros*, impressos pela primeira vez em

<sup>10</sup> Como sustenta Javier Fernández Sebastián, um dos segredos do sucesso da noção de opinião pública radica no seu “duplo carácter proteico e controverso”. “La possibilité de condenser en elle une grande variété de buts politiques et nécessités discursives fera que la rhétorique de l'opinion publique servira aussi bien à légitimer la concentration du pouvoir dans les mains d'un prince éclairé – selon l'idéal de monarchie administrative du XVIII<sup>e</sup> siècle – qu'à encourager les espoirs de ces secteurs qui, dans une société civile naissante, combattront pour voir reconnu leur droit à participer d'une façon ou d'une autre à la gestion des affaires publiques [...] L'usage polémique de quelques concepts fondamentaux, invoqués à l'unisson par de nombreux acteurs semble être, au contraire, un trait essentiel de la politique moderne”, “Introduction – Le concept d'opinion publique, en enjeu politique euro-américain (1750-17850)”, in Javier Fernández Sebastián et Joëlle Chassin (coord.), *L'avènement de l'opinion publique ...cit.*, pp. 20-21.

<sup>11</sup> A este respeito, José Tengarrinha sublinha que a opinião pública só encontra “audiência estável” durante a vigência do regime liberal. Em rigor, só com a Revolução Liberal “começavam a reunir-se duas condições básicas para a formação de correntes de opinião pública: estruturação e desenvolvimento de mecanismos internos de formulação e conceptualização, que conduziram à capacidade de juntar factos dispersos numa visão lógica e coerente; e instrumentos e mecanismos de difusão que, superando os tradicionais círculos restritos, permitiam tornar pública a opinião”, Idem, *Imprensa e opinião pública em Portugal*, Coimbra, Minerva, 2006, p. 18.

<sup>12</sup> José Augusto dos Santos Alves, *A Opinião Pública em Portugal (1780-1820)*, Lisboa, UAL, 2000.

<sup>13</sup> José Tengarrinha, *História da Imprensa Periódica Portuguesa*, Lisboa, Editorial Caminho, 1989, p. 54.



1786. Em fim de século surgem novos e atractivos títulos: *O Almocreve das Petas, ou moral disfarçada para correcção das miudezas da vida* (Lisboa, 1797-1800), *Retorno do Almocreve das Petas* (Lisboa, 1797-1798), *Café Jocosos* (Lisboa, 1797-1798), *Comboy de Mentiras, vindo do reino Petista, com a fragata Verdade encuberta por capitania* (Lisboa, 1801), *O Espreitor do Mundo Novo* (Lisboa, 1802), *Barco da Carreira dos Tolos* (Lisboa, 1803), *Piolho Viajante* (Lisboa, 1803), *Hospital do Mundo* (Lisboa, 1804-1805), *Divertimento Instrutivo* (Lisboa, 1806-1807), *Tempo Presente* (Lisboa, 1806-1807) e *Câmara Óptica, onde as vistas ás avessas mostram o mundo ás direitas* (Lisboa, 1807-1811). Sujeitas a tiragens provavelmente elevadas, muitas destas publicações conheceram sucessivas reimpressões. Estão neste caso, entre outros, *O Almocreve das Petas* (1817-1819), *o Comboy de mentiras* (1820), *O Espreitor do Mundo Novo* (1819), *o Barco da Carreira dos Tolos* (1820), *o Hospital do Mundo* (1824), e a *Câmara Óptica* (1824). As referidas publicações pareciam agradar a várias gerações e a indivíduos de diferentes grupos sociais. Para além deste aspecto, é importante realçar que o notório êxito deste segmento de publicações periódicas, vendidas por subscrição, aponta para a existência de um público fiel e em expansão, com hábitos de leitura distintos da leitura religiosa e escolar. Como sublinha Alvarez Barrientos, reportando-se a Espanha na mesma época, o espírito crítico instalava-se no âmago da vida quotidiana. O leitor anónimo, o público, divertia-se e construía a sua opinião “a partir da incerteza, da dúvida e da sua experiência”. Os novos escritores, ‘os escritores públicos’ propunham, assim, novas vias de reflexão distintas “dos saberes adquiridos na escola, na universidade e na igreja, e apresentavam-nas de maneira diferente, nem sistemática nem inatacável, mas sob uma perspectiva moderna e actual”<sup>14</sup>.

Através de folhetos jocosos de sátira social e de divertimento, os críticos elegem como campo privilegiado de representação espaços de sociabilidade que convidam à transgressão (cafés, casas de jogo, assembleias, passeio público) e como instrumentos de observação novas e fantásticas máquinas – a lanterna mágica e o aeróstato, por exemplo. Para além disso, destacam comportamentos e pareceres de diferentes actores sociais, concentrando a atenção dos leitores em acontecimentos e em assuntos de interesse geral.

<sup>14</sup> Joaquim Alvarez Barrientos, “Écrivains, opinion publique et pouvoir politique en Espagne au XVIII<sup>e</sup> siècle”, in Javier Fernández Sebastián et Joëlle Chassin (coord.), *L'avènement de l'opinion publique. Europe et Amérique XVIII<sup>e</sup>-XIX<sup>e</sup> siècles*, Paris, L'Harmattan, 2004, p. 57.

Por fim, procuram moralizar atitudes e comportamentos, com a convicção de que “não há cousa mais veloz do que o pensamento” e mais necessária do que a moral, a qual se deve “estimar como se estima o Sol”, alega José Daniel Rodrigues da Costa<sup>15</sup>. Neste autor, o valor performativo da linguagem faz sobressair a dimensão social do discurso, do mesmo modo que contribui para o alargamento e para a autonomia da esfera literária, cada vez mais suportada pelo dinamismo do mercado. Reflectindo esta realidade, José Daniel Rodrigues da Costa assinala que, em Lisboa, “os cafés são as aulas da mocidade”<sup>16</sup>; a rua e a praça pública dão a ver “extravagantes cousas”<sup>17</sup>; uma “forte epidemia de folhetos” contamina, por toda a parte, gente de diferentes idades e condições; uma autêntica “praga das novelas” corrói a mocidade<sup>18</sup>; e devido a este estado de coisas, os “senhores escritores do parlamento baixo”<sup>19</sup>, como chama aos publicistas modernos, tornam-se famosos, sendo plagiários ou originais, porque as suas obras merecem “alguma estimação do Público”<sup>20</sup>.

José Daniel Rodrigues da Costa é um dos autores mais celebrados no domínio da crítica social humorística, de acento moralizador, que se publica na época. Responsável por grandes sucessos editoriais, teve a fortuna de ver muitas das suas obras reeditadas. São de sua autoria *Os Ópios*, *O Almocreve das Petas*, *o Comboy de mentiras*, *O Espreitor do Mundo Novo*, *o Barco da Carreira dos Tolos*, *o Hospital do Mundo*, e a *Câmara Óptica*, entre dezenas de títulos que deu ao prelo. Crítico arguto e irreverente, senhor de uma linguagem solta e judiciosa, José Daniel Rodrigues da Costa reflecte nos seus textos a permanência de processos literários há muito fixados pelos letrados. O riso que a sua escrita provoca repousa sobre a velha tradição da literatura de cordel<sup>21</sup>. Recria a cultura da praça pública passando para o papel temas, exemplos, atitudes e valores que causam perplexidade e favorecem comentários desconcertantes. Notícias

<sup>15</sup> Assinalando o carácter não difamatório da moderna crítica de costumes, José Daniel Rodrigues da Costa responde assim aos receios infundados de alguns sectores sociais: “E se muitos me chamarem prégador importuno, lembrem-se que a verdade e a moral devem-se estimar, como se estima o Sol, que não enjoa por aparecer todos os dias. E muito embora me tenham por impertinente indagador dos costumes, que a generalidade com que fallo não deixa lugar para pessoa alguma se offenda. Eu não fallo de todas, fallo de muitas, e não conheço huma só, que podesse apontar, quando isso me fosse licito. Pellos efeitos he que estou convencido que os bons costumes se pervertêrão”, *O Espreitor do Mundo Novo... cit.*, I, Janeiro 1802, p. 7.

<sup>16</sup> José Daniel Rodrigues da Costa, *Câmara Óptica onde as vistas ás avessa mostram o mundo a's Direitas*, por..., Lisboa, J. F. M. de Campos, 1824, III, p. 18 [1.<sup>a</sup> edição 1807].

<sup>17</sup> Idem, *ibidem*, I, p. 9.

<sup>18</sup> Idem, *ob. cit.*, I, Prólogo, pp. III-IV.

<sup>19</sup> Idem, *ob. cit.*, I, Prólogo, p. IV.

<sup>20</sup> José Daniel Rodrigues da Costa, *Hospital do Mundo. Obra crítica, moral e divertida, em que é médico o Desengano, e enfermeiro o Tempo*, Lisboa, O. J. F. M. de Campos, 1824, I, p. 5 [1.<sup>a</sup> edição 1804].

<sup>21</sup> Daniel Roche, “Le rire bleu. Comique et transgression dans la littérature de colportage”, *Dix-Huitième Siècle*, PUF, 32, 2000, pp. 19-32.



e apontamentos do quotidiano preenchem as pequenas histórias de caso que relata nos seus periódicos. O objectivo é colocar os leitores e os auditores em presença de situações ordinárias e em confronto com maneiras de falar e de pensar facilmente reconhecíveis. Daí o recurso ao jargão popular, a formas de falar dialectais, a pronúncias estranhas e a galicismos da moda em discursos de caricatura verbal. Com graça, nomeia as doces falas dos brasileiros que, em abreviadas escritas, comem vogais ou vestem com chapéus ditongos que desaparecem dando lugar a acentos, como são os casos de: “achou” pronunciado “achô”, “marchou” pronunciado “marchô”, “tomou” pronunciado “tomó”, e assim sucessivamente<sup>22</sup>. Igualmente expressiva é a invenção de novos vocábulos para exprimir fenómenos de moda, como, por exemplo, o verbo “pechinchar”, usado para significar ganhar dinheiro de forma barata e pouco esforçada, vulgarmente em apostas de jogo<sup>23</sup>.

Favorecendo a paródia com assuntos sérios e instaurando o ridículo através da reinvenção de linguagens sociais, José Daniel Rodrigues da Costa contribui, explicitamente, para subverter discursos de autoridade e para tornar discutíveis assuntos melindrosos. O seu modelo de ironia não se filia directamente no riso sardónico dos filósofos do século nem tão pouco na crítica filosófica de Voltaire. Conhece os autores estrangeiros, lê “os pensamentos de muitos homens sábios” e “ampliando ou diminuindo” o que escrevem, organiza a sua produção, conforme explica no prefácio ao *Espreitador do Mundo Novo* (1802)<sup>24</sup>. Antes e depois da Revolução Francesa, adopta a opinião avisada dos que prognosticavam que “os livros franceses havião de ser a causa da desordem do Mundo”<sup>25</sup>.

<sup>22</sup> José Daniel Rodrigues da Costa, *Comboy de Mentiras, vindo do reino petista com a fragata Verdade Encoberta*, 2, Janeiro de 1801, pp. 6-7.

<sup>23</sup> José Daniel Rodrigues da Costa, *O Espreitador do Mundo Novo, Obra crítica, moral e divertida*, Folheto 4, Abril de 1802, p. 9. Encontramos também em “Carta de um amigo com notícias de Lisboa”, publicada em *Câmara Optica*, [1807], II, pp. 16-18, referências divertidas ao vocabulário social do tempo. Por exemplo, assinala-se a tendência de substituição, em certos meios, das seguintes palavras: bebedeira por “pizorga”; felicidade por “cuquenha”; zombaria e escarneio por “chalaça”; exótico por “grigafia”; valente por “pimpão”; loquaz por “grazinadoc”, etc.

<sup>24</sup> José Daniel Rodrigues da Costa, *O Espreitador do Mundo Novo, Obra crítica, moral e divertida*, Ao Leitor, I, Janeiro 1802, p. 5.

<sup>25</sup> José Daniel Rodrigues da Costa, *Conversação Nocturna das Esquinas do Rocio de Lisboa*, Lisboa, Oficina de Simão Taddeo Ferreira, 1812, p. 14.

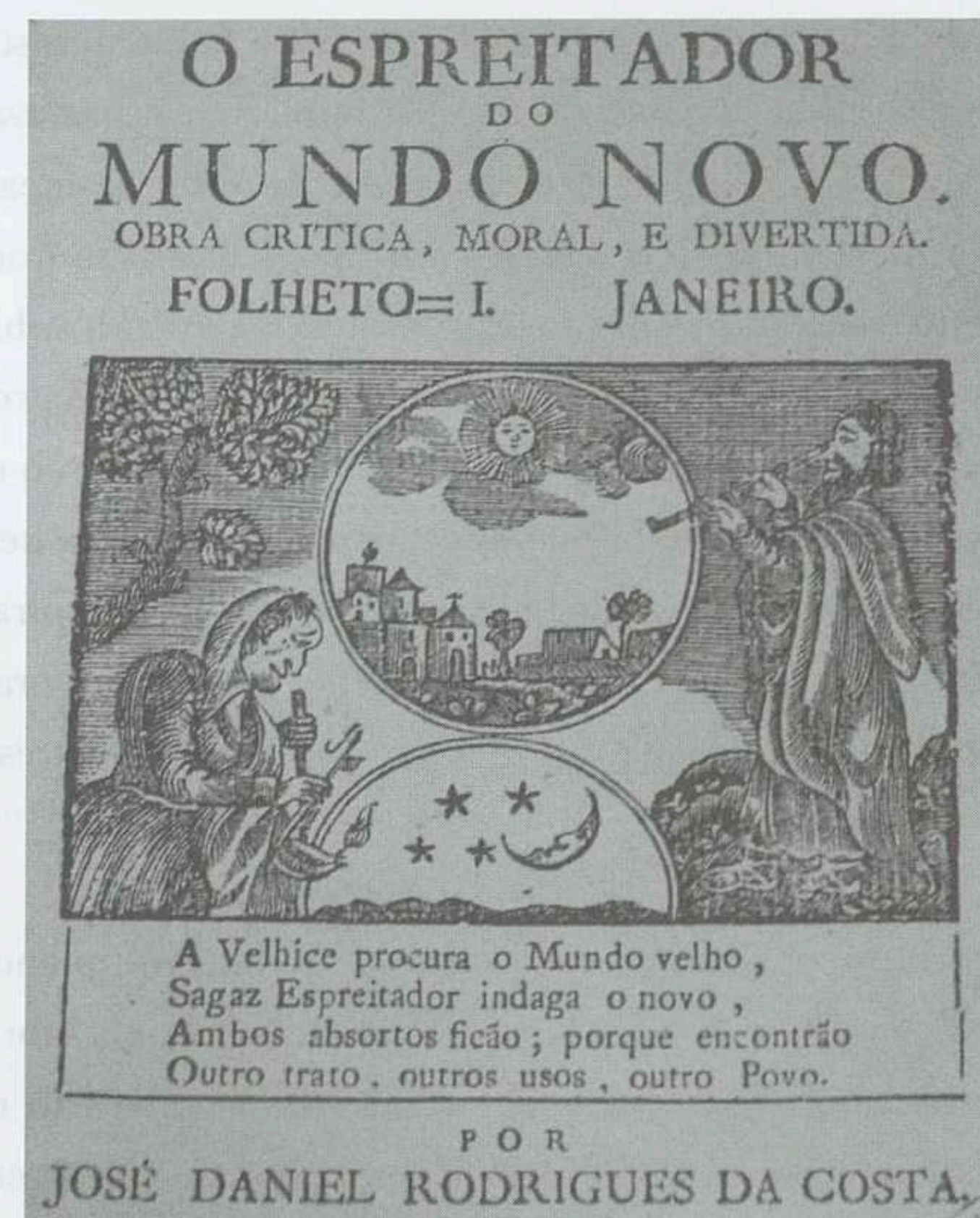


Fig. 1 - Folha de rosto da 1.ª edição de *O Espreitador do Mundo Novo. Obra Crítica Moral e Divertida* (1802)

### O homem de letras e o poder político

“Quando tudo o que se ouve vem à praça / para os escriptores terem enchente” – as palavras são suas – não poupa elogios aos homens de letras portugueses do seu tempo: “o nosso Tolentino sempre honrado”, Correia Garção “sempre lembrado”, “o amável Manuel de Figueiredo”, “o bom” Diniz da Cruz e Silva, o abade de Jacente, “homem de bom critério e grande graça” e “outros a quem a morte levou cedo”<sup>26</sup>. No meio literário de Lisboa trava-se de razões com Bocage e com José Agostinho de Macedo, da mesma forma que com eles partilha inquietações e expectativas, formuladas e pensadas de modo peculiar. Existem, contudo, sensíveis desfasamentos temporais na abordagem tópica das novidades do século. Por exemplo, Bocage escreve, em cima do acontecimento, um elogio poético à admirável intrepidez com

<sup>26</sup> José Daniel Rodrigues da Costa, *Pimenta para as Más Línguas. Em huma epistola ao illustrissimo senhor José Luiz Guerner*, Lisboa, Na Officina de Lino da Silva Godinho, 1822, pp. 5-12. Nesta obra, evoca também os autores clássicos da literatura quinhentista portuguesa.



que, “em 24 de Agosto de 1794, subiu o capitão Lunardi no balão aerostático”. Na coragem do voador o poeta vê reflectida a audácia da técnica moderna, e nas asas de um qualquer Ícaro reinventado pela mitologia popular projecta a sua genuína crença nos progressos da ciência. Diferente é a perspectiva de José Daniel Rodrigues da Costa que, escrevendo vinte anos depois, sensivelmente, sobre o mesmo sucesso, utiliza a efêmera subida aos céus de um vulgar “herói que voa sem ter asas” para arrumar a Matemática e a Astronomia no patamar mais elevado do conhecimento, e, no mesmo lance, adopta o olhar aéreo e a visita à lua para criticar mordazmente os costumes dos habitantes do seu país. No poema herói-cómico o *Balão aos habitantes da Lua* (1819) retoma, para além de outras fontes de inspiração, o conteúdo da *Histoire comique des étas et empires de la Lune* (1657) de Cyrano de Bergerac para ridicularizar as mais enraizadas formas de conhecimento dogmático e troçar da presunção dos grandes senhores do tempo<sup>27</sup>.

Enveredando sistematicamente pela via do burlesco, não rivaliza no plano estético e literário com os árcades mais afamados, mas disputa-lhes audiência. E Bocage, que o satiriza em várias composições poéticas, não ignora que Jozino Leiriense, nome literário do seu abastardado émulo, “Diz coisas de que a plebe não desgosta”<sup>28</sup>. Desse facto tem clara percepção José Daniel Rodrigues da Costa quando, em resposta aos seus detractores, afirma: “Talvez haja quem me aconselhe que me calle, que deixe viver quem vive, que os outros se trabalhão he para fazerem os seus interesses [...] Ora nesta segunda parte se enganão, que para lucrar he que trabalho [...] quem trabalha he porque necessita; e certo neste principio, rogo a Vossas mercês que por effeito da sua curiosidade, venhão ser meus assignantes [...] tudo se encerra somente em vender o meu trabalho a quem o quizer comprar; e se há nisto caridade, eu he que a faço aos outros”<sup>29</sup>. Desta forma, correlaciona, como acontece em França, em Inglaterra e na Alemanha, na mesma altura, o mérito e a fama dos autores com os seus êxitos editoriais. Sem receio de errar, afirma peremptoriamente: “As obras d’agora devem ser como o negociante, que tanto tem tanto vale”<sup>30</sup>. No mesmo impulso de afirmação de algo radicalmente novo subverte ainda o sentido da caridade cristã, sobrepondo a beneficência do altruísmo de espírito à esmola material.

<sup>27</sup> Veja-se o que escreve Alberto Pimenta no prefácio a José Daniel Rodrigues da Costa, *O Balão aos habitantes da Lua*, Lisboa, edições 70, 1978, pp. 9-33.

<sup>28</sup> Cit. in *ibidem*, p. 14.

<sup>29</sup> José Daniel Rodrigues da Costa, *Câmara Óptica... cit.*, Prólogo, pp. VI-VII.

<sup>30</sup> José Daniel Rodrigues da Costa, *Hospital do Mundo... cit.*, p. 8.



Fig 2. Retrato de José Daniel Rodrigues da Costa, litografia s.d.

A percepção repetida do estilo de José Daniel Rodrigues da Costa favorece também a interiorização das regras que presidem à produção e divulgação das suas publicações periódicas<sup>31</sup>. Apostando nesse reconhecimento dirige-se, desta forma, aos seus leitores: “Estimados meninos, delicadas meninas, atafulados mancebos, moderníssimas senhoras, respeitáveis velhos, e venerandas velhas, com todos fallo (porque não sei com quem fallo) dando-lhes a saber que por mais que eu pedisse a minha demissão da Assembleia das Petas, para deixar de ser autor dellas, não me tem sido possível conseguilla, antes mil vezes me tenho visto perseguido pela curiosidade de innumeráveis pessoas, que levando muito a mal o meu silencio, tinham por huma reprehensível ociosidade o estar eu calado no decurso de dous annos”<sup>32</sup>.

<sup>31</sup> Em termos teóricos, veja-se o que escreve Pierre Bourdieu, “Eléments d’une théorie sociologique de la perception artistique”, *Revue internationale des sciences sociales*, t. XX, 1968, pp. 650-673.

<sup>32</sup> José Daniel Rodrigues da Costa, *Câmara Óptica onde as vistas ás avessa mostram o mundo ás Direitas... cit.*, Prologo, p. III.



Um dos traços mais curiosos do processo de publicitação dos seus folhetos periódicos reside na forma como o autor coloca a questão da leitura feminina: “fallo em ambos os sexos por me apartar do ranço dos Prólogos, que sempre se dirigem aos homens, como se algumas senhoras não viessem ao mundo com formosos olhos para lerem, e com juízo para entenderem e gostarem” de ler<sup>33</sup>. Com este argumento interpela um segmento do público que parece ser-lhe fiel e cativa-o, devolvendo-lhe figuras de identificação e motivos de reflexão.

E à medida que percebe que o êxito das suas publicações se deve também ao aumento do número de leitoras afirma, com ironia, que quase se sente obrigado a dotar as mulheres mais necessitadas com parte dos lucros que realiza na edição do *Espreitador do Mundo Novo* (1802), que vende bem, justifica o autor, “graças ao sexo feminino, que tantos motivos me tem dado com as suas variedades de instantâneas modas e célebres comportamentos para as minhas composições”<sup>34</sup>.

Alega dar-se bem com a concorrência e ser “muito liberal” na comercialização das suas obras. De facto, o autor da *Câmara Óptica* não escamoteia a sua estratégia de conquista de mercado, e, acompanhando a inflação dos preços, vai fazendo subir a tiragem e a cotação das suas publicações. Por não ter a “fortuna de ser morgado”, como diz, queixa-se da carestia dos primeiros anos do século XIX e vê-se obrigado a “ligar-se ao público” prometendo-lhe divertimento por um ano<sup>35</sup>. Inicialmente, parte da rede de distribuição dos cegos na cidade de Lisboa para pôr à venda, com o estatuto de folheto de cordel, os *Ópios*, cotados, tal como outras publicações do género, a 1 vintém, em 1786<sup>36</sup>. A partir de 1801, já com nome firmado no meio editorial, aposta na venda, por subscrição, das suas folhas periódicas. Para além de assegurar a distribuição a retalho dos jornais em vários estabelecimentos da capital, concentra, na loja da Gazeta, as aquisições por assinatura. Em Dezembro do mesmo ano de 1801, anuncia que os gastos que havia realizado com a impressão de 24 exemplares do jornal quinzenal *Comboy de Mentiras*, composto em 4 folhas de papel dobrado, ascendiam a duzentos e cinquenta mil réis. Prevendo encargos semelhantes para o *Espreitador do Mundo Novo*, lança então a subscrição

<sup>33</sup> José Daniel Rodrigues da Costa, *Hospital do Mundo...cit.*, p. 3.

<sup>34</sup> José Daniel Rodrigues da Costa, *O Espreitador do Mundo Novo, Obra crítica, moral e divertida*, Lisboa, Officina de Simão Thaddeo Ferreira, 1802, Folheto 12, Dezembro de 1802, p. 18. Note-se que em 1807 é lançado, em Lisboa, o primeiro jornal português dirigido especialmente ao público feminino, *O Correio das Modas*, com figurinos e secções recreativas. Publicava-se quinzenalmente e corria com o preço elevadíssimo de 240 réis. Deste periódico mundano que tinha como alvo o público feminino publicaram-se apenas 5 exemplares.

<sup>35</sup> José Daniel Rodrigues da Costa, *Comboy de Mentiras, vindo do reino petista com a fragata Verdade Encoberta*, Lisboa, Officina de Simão Thaddeo Ferreira, 4, Fevereiro de 1801, p. 6.

<sup>36</sup> Conforme se lê no frontispício desta edição.

deste jornal mensal, com o dobro de páginas do anterior, ao mesmo preço, dez tostões<sup>37</sup>. Dois anos depois, devido talvez ao aumento da procura, consegue compensar com as vendas avulsas da publicação mensal *Hospital do Mundo*, taxadas a sete vinténs, o valor da sua subscrição, que baixa para oito tostões<sup>38</sup>.

Se antes das Invasões Francesas José Daniel Rodrigues da Costa gozava já de espantosa popularidade, durante o período da ocupação francesa e no decurso da Guerra Peninsular a sua fama de moderno publicista e acirrado panfletista anti-napoleónico ultrapassou fronteiras. Tudo o que dava ao prelo se esgotava. Dos panfletos anti-jacobinos e anti-franceses que lograram impor-se em Portugal e Espanha destacam-se quatro títulos: *Protecção à Francesa* (1808), *Partidista contra partidista e jacobinos praguejados* (1809), *Surriada a Massena em Portugal* (1811) e *Testamento que fez D. Quixote da França antes de partir para a sonhada campanha da Rússia* (1813). Depois do seu envolvimento na guerra de papéis travada contra os franceses e seus protectores, o *Jornal de Coimbra* publicava, em 1813, uma pequena notícia sobre o “bem conhecido e bem aceite escritor cómico”, salientando as suas qualidades de publicista, a sua popularidade e a utilidade dos seus escritos<sup>39</sup>. Mais tarde, após a guerra civil de 1834-1836, o jornal de instrução e recreio *O Ramalhete* dava ainda conta da imensa procura que alguns dos seus títulos continuavam a ter<sup>40</sup>. A fama e a protecção política de que gozou, tanto no regime absolutista como no sistema liberal, não deixam de surpreender.

<sup>37</sup> José Daniel Rodrigues da Costa, *Comboy de Mentiras, vindo do reino petista com a fragata Verdade Encoberta*, 24, Dezembro de 1801, p. 16.

<sup>38</sup> José Daniel Rodrigues da Costa, *Hospital do Mundo...cit.*, p. 7. Na mesma altura, na capital, o preço mais barato de um café, servido à mesa, em loja da especialidade, era de 30 réis. Cf. José Daniel Rodrigues da Costa, *Câmara Óptica onde as vistas ás avessa mostram o mundo ás Direitas...cit.*, II, 1807, pp. 6-7. Embora o autor assinala que, nas lojas de café mais luxuosas de Lisboa, uma chávena da mesma bebida podia ascender aos 120 réis, pode dizer-se, seguindo as tabelas mais baixas, que uma ida mensal ao café para ler um jornal e tomar a infusão da moda importava em cerca de 170 réis.

<sup>39</sup> *Jornal de Coimbra*, Maio de 1813, n.º XVII, pp. 93-96.

<sup>40</sup> *O Ramalhete. Jornal d'Instrução e Recreio*, vol. III, 2ª série, Janeiro/Dezembro de 1840, p. 279.



O mais “acutilante crítico da sociedade” e das suas instituições, como assinala José Tengarrinha<sup>41</sup>, não só escapou à perseguição política entre liberais e absolutistas como obteve de diferentes governos mercês, ofícios, tenças e privilégios<sup>42</sup>.

Desponta para a vida pública sob a protecção do Intendente Geral da Polícia, Diogo Inácio de Pina Manique<sup>43</sup>. Sem formação académica superior, mas conhecedor dos padrões críticos e filosóficos do Iluminismo, José Daniel Rodrigues da Costa revela moderação e cautela na exposição das ideias modernas que abraça. O publicista evita mesmo expor-se quando anota, crítica e parodia as mudanças do mundo. Em 1826, com 70 anos de idade, ao traçar um breve balanço do seu percurso literário e político afirma que sempre tivera a “razão” como “estrada segura”<sup>44</sup>. No tempo dos franceses “não sucumbiu nem afrouxou” perante os desmandos militares dos ocupantes e perante a tibieza de “tantos portugueses debilitados e esmorecidos”<sup>45</sup>. Guarda más experiências do período revolucionário de 1820, da onda de boatos, da insegurança, dos desmandos à ordem pública e dos “excessos de liberdade”<sup>46</sup>. Assume, amiúde, a presunção de que a moral pública era mais estimada e acarinhada pelas hostes conservadoras e até absolutistas do que pelas liberais. No entanto, depois de jurada a Carta Constitucional, adere ao novo regime liberal na esperança de ver aprovadas reformas que trouxessem, segundo as suas palavras, “as felicidades da Nação, o desterro dos abusos, a

<sup>41</sup> José Tengarrinha, *História da Imprensa Periódica Portuguesa...* cit., p. 55.

<sup>42</sup> Com a protecção do desembargador António Joaquim de Pina Manique, irmão do Intendente Geral da Polícia deteve a propriedade de um ofício de escrivão e tabelião de notas em Portalegre. Em 1817, depois da sua nomeação como administrador da alfândega das Quatro Portas da cidade e ramo de Belém, pela Repartição da Mesa dos Vinhos, o Desembargo do Paço aceita a sua renúncia do cargo de tabelião de Portalegre – ANTT, Ministério do Reino, Governadores do Reino, vol. 317, fl. 394. Desempenhou também as funções de ajudante de ordenanças de Alenquer e de major da legião do Paço da Rainha. Em 1813, o príncipe regente D. João confere-lhe o privilégio exclusivo de impressão, pelo espaço de dez anos, dos seus papéis. Segundo Inocêncio Francisco da Silva, “escreveu sucessivamente a favor das ideias liberais e do governo absoluto”, vivendo folgadoamente com o produto da venda dos seus periódicos e folhetos e acabando, quase no fim da vida, por ser publicamente agraciado por D. Miguel, com uma tença de valor simbólico, *Diccionario Bibliographico Portuguez*, t. 4, Lisboa, Imprensa Nacional, 1855, pp. 304-305.

<sup>43</sup> José Daniel Rodrigues da Costa, *Aos Illustrissimos Senhores Desembargadores Diogo Ignacio de Pina Manique e Antonio Joaquim de Pina Manique* oferece ....esta canção, Lisboa, Officina de Simão Thaddeo Ferreira, s.d.; idem, *Epicedio na sensível morte ao Illustrissimo Senhor Antonio Joaquim de Pina Manique, cavalleiro professo da Ordem de Cristo*, Lisboa, Officina de Simão Thaddeo Ferreira, 1788.

<sup>44</sup> José Daniel Rodrigues da Costa, *Terceira Parte do Avô dos Periódicos*, Lisboa, Impressão Régia, 1826, p. 2. A passagem em que precisa a sua idade lê-se um pouco mais adiante: “quando me lembro que estou na idade dos 70, que por uma razão natural não chegarei a gozar estes bens”, p. 4.

<sup>45</sup> Idem, *ibidem*, p. 4.

<sup>46</sup> Sobre o assunto vejam-se especialmente: José Daniel Rodrigues da Costa, *Memoria do folheto intitulado memorias para as cortes de 1821: em que são desagradados a religião, os religiosos, as religiosas e os magistrados*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1821; idem, *A verdade exposta á Sua Magestade Fidelissima o senhor D. João VI epistola*, Lisboa, Impressão Régia, 1820; idem, *A Voz do cidadão*, Lisboa, Impressão Régia, 1826.

união dos povos” e tempos de fartura económica<sup>47</sup>. Mas, apesar da longevidade, não satisfaz a ambição de ver instaurada a paz social e a concórdia política no país. Morre em 1832. Do regime cartista, a que adere com algumas reservas, diz esperar o mesmo que a tença não cobrada que lhe fora atribuída pelo rei D. Miguel<sup>48</sup>. Com soberana ironia, despreza, finalmente, as lutas entre facções políticas, questiona a sociedade civil e aponta uma saída para a crise que passava, curiosamente, pelo recurso ao eterno elemento feminino: “A vista do que se passa no tempo presente, imputando-se delictos aos homens de todos os ramos, de todas as estações, de todas as classes, em que os ministros são tidos por venaes; os empregados públicos por sanguessugas do Povo e do Estado; os militares por infieis; os frades por fanaticos e hypocritas; os clerigos por ambiciosos; representados todos nesses impressos, que tem sahido, com estas más cores: Que resta no Reino senão o delicado Sexo? [...] Eu vos dou mil parabéns, perfeitas Senhoras, alegrai-vos, que chegou o tempo de se respeitarem as vossas virtudes [...] Eu não minto, o judicioso Publico que lê, pode ajuizar a minha verdade”<sup>49</sup>. Neste excursus retórico, retirado de uma obra paradigmaticamente intitulada *Do Avô dos Periódicos*, reconhece ter aberto à “nação portuguesa” as portas de uma nova e imensa escola de valores e princípios, fazendo alastrar hábitos de leitura e de discussão de ideias e contribuindo, desse modo, para a formação da opinião pública. Semeando a crítica e convidando os cidadãos a cultivar a ironia e a respeitar a lei, José Daniel Rodrigues da Costa promove em vez da revolta a ordem, em vez da resignação a catarse, em vez da tristeza o riso. Impondo-se num meio muito permeável à mudança de atitudes e valores, a cultura cómica que exprime tende a ser, por antítese, conservadora e moralizante.

<sup>47</sup> José Daniel Rodrigues da Costa, *Terceira Parte do Avô dos Periódicos...* cit., p. 4.

<sup>48</sup> A quem José Daniel Rodrigues da Costa dedica várias obras, com destaque para: *Esperança realisada na feliz, e desejada vinda do Serenissimo Senhor Infante Dom Miguel ao Reino de Portugal*, Lisboa, Impressão Régia, 1823; *A gratidão a S. M. o ínclito Senhor D. Miguel I Rei de Portugal que lhe tributa...*, Lisboa, Impressão Régia, 1823; *Na aclamação do maganimo, e augustissimo Senhor D. Miguel I*, Lisboa, Impressão Régia, 1828; *Colecção de todas as obras modernas que o author tem feito a Sua Real Magestade o Augusto Senhor D. Miguel I antes de hir para a Alemanha...*, Lisboa, Imp. Silviana, 1829.

<sup>49</sup> Idem, *ibidem*, p. 11.



É difícil compreender a natureza histórica do riso, embora se admita que tanto na acepção individual como colectiva a sua interpretação implique a identificação dos espaços sociais, dos interlocutores e das linguagens que lhe são características<sup>50</sup>. E porque historicamente o riso mal deixa rasto, quando é possível reconstituir os seus mecanismos de expressão, os lugares do grotesco acabam por se revelar imprescindíveis para dar voz a quem nunca a disputou publicamente e para dar a ver aquilo que normalmente os discursos ditos sérios pretendem esconder<sup>51</sup>.

A partir desta prevenção, procuraremos isolar os jargões, os temas e os procedimentos satirizados, de forma recorrente, por José Daniel Rodrigues da Costa, sublinhando a distinção entre o nível locutivo do vocabulário comum e a força elocutiva do discurso que produz efeitos políticos. Sem entrar propriamente na análise da linguagem<sup>52</sup>, não deixaremos de salientar que a transgressão social e a transgressão semântica reforçam a pertinência da crítica e a comicidade do verbo. A partir da dimensão espacial, dos lugares que suportam notícias e dão sentido à narração de episódios soltos, passaremos em revista a visão construída de actores sociais anónimos, modos de vida, práticas quotidianas, comportamentos marginais e formas emergentes de sociabilidade<sup>53</sup>. Sem desprezar a tentação ficcional que espreita por entre as margens de um discurso ancorado no fluir concreto dos acontecimentos, a posição de José Daniel Rodrigues da Costa, perante o público e perante o mercado de bens culturais, coloca-o na vanguarda da reflexão, em Portugal, sobre o estatuto do escritor público e sobre a função e a utilidade da literatura.

<sup>50</sup> Como sugerem alguns estudos compilados por J. Bremmer and H. Roodenburg (ed.), *A cultural history of humour*, Cambridge, Polity Press, 1997.

<sup>51</sup> Segundo Daniel Roche, “le rire des hommes du 18e siècle reste d’abord tout à fait significatif, car il révèle la capacité de ses créateurs et de ses lecteurs à être à la fois eux-mêmes et les autres, mais aussi absolu, car il repose sur une expression unissant le grotesque et la prodigieuse bonne humeur d’un Rabelais; on comprend peut-être comment certains pouvaient en vérifier l’efficace sans problème, ils riaient subitement, et qu’il n’était pas interdit à d’autres d’en rire après coup”, *ob. cit.*, p. 32.

<sup>52</sup> Tratando-se de um capítulo à parte, remetemos, numa aproximação ao tema, para os procedimentos e formulações irónicas na obra de Nicolau Tolentino analisados por Claude Maffre, *L’Oeuvre Satirique de Nicolau Tolentino*, Paris, Fundação Calouste Gulbenkian, 1994, pp. 439-466.

<sup>53</sup> Conformaremos, nas páginas seguintes, a análise dos lugares de opinião e o destaque dado a certas figuras e práticas sociais às seguintes obras de José Daniel Rodrigues da Costa, *Verdades do mundo na vida da corte e do campo*, Lisboa, Officina de Francisco Luiz Ameno, 1786; *Comboy de Mentiras, vindo do reino petista com a fragata Verdade Encoberta... cit.*, [1801]; *O Espreitador do Mundo Novo, Obra crítica, moral e divertida... cit.*, [1802]; e *Câmara Óptica onde as vistas ás avessa mostram o mundo ás Direitas... cit.*, [1807].

## Lugares de opinião

A imagem que a *Câmara Óptica* capta de Lisboa, nos alvares do século XIX, é quase cinematográfica. “A Capital he huma Babylonia, onde estão aparecendo de contínuo extravagantes figuras e succedendo casos os mais exquesitos”, diz o autor do referido periódico<sup>54</sup>. Antes da transferência da família real para o Brasil (1807), a corte já não disputava, como outrora, a atenção dos súbditos da realeza de D. Maria I. Para um homem de opinião, ela era, sobretudo, um lugar de “lisonja”, habitado por “ambiciosos génios” que viviam do engano e morriam enganados<sup>55</sup>. Na verdade, a curiosidade do publicista orientava-se, sem receio de censura, para outros espaços de maior deriva social. A praça pública, considerada em abstracto, reflectindo a ambiência burguesa e cosmopolita da época, agradava sumamente a um “espreitador” do Mundo Novo. No seio da multidão, os comerciantes, com os seus “prognósticos de brilhantes felicidades”, davam que fazer a caixeiros e guarda-livros, traficavam sonhos, escondiam falcatruas, eram invejados e respeitados<sup>56</sup>. A dois passos dos seus estabelecimentos, animavam-se, com outros tantos fregueses, os botequins e as casas de café, produto recente no mercado e que gerava uma autêntica febre de consumo. “Na confusão de imensas lojas de bebidas”, respeitando a nomenclatura tradicional, “uns letrados modernos, pintados de prateado e dourado para apetite dos concorrentes”<sup>57</sup>, anunciam o “Café Nacional”, onde se topam “quatro bancas guarneçadas de povo”<sup>58</sup>. Numa disputa-se a guerra e a paz – o episódio da chamada “Guerra das Laranjas” permanece em pano de fundo –, noutra aglomera-se gente para escutar “os famosos pensamentos de três ou quatro poetas que de olhos esbugalhados, acções apaixonadíssimas e trejeitos enfurecidos desenvolvem poesias”<sup>59</sup>, logo a seguir vem a murmuração pública que concentra grande audiência, por fim, a banca onde se lançam cartas de amor e se desfiam histórias de prazeres imorais apresenta-se como uma das mais concorridas. Neste cenário, as falas são públicas e as vozes joviais e quando aparece um homem que “entra sério, bebe sério e paga sério”, desconfia-se que seja o corregedor do bairro<sup>60</sup>. Em 1802, escreve-se que os indivíduos que frequentam os cafés “tão depressa elevam os franceses

<sup>54</sup> José Daniel Rodrigues da Costa, *Câmara Óptica onde as vistas ás avessa mostram o mundo ás Direitas... cit.*, [1807], VIII, p. 13.

<sup>55</sup> José Daniel Rodrigues da Costa, *Verdades do mundo na vida da corte e do campo*, Lisboa, Officina de Francisco Luiz Ameno, 1786, p. 7.

<sup>56</sup> José Daniel Rodrigues da Costa, *O Espreitador do Mundo Novo, Obra crítica, moral e divertida*, Ao Leitor, 1, Janeiro 1802, pp. 11-12.

<sup>57</sup> Idem, *ibidem*, 2, Fevereiro de 1802, p. 2.

<sup>58</sup> Idem, *ibidem*.

<sup>59</sup> Idem, *ibidem*.

<sup>60</sup> Idem, *ibidem*.



como os precipitão; profetisão cousas grandes, de cousas pequenas; enredão a Prússia; concedem um ar da sua graça aos russianos; põe nas nuvens a América Ingleza; dão baldões a Inglaterra e põe a Itália em penitência”<sup>61</sup>. Agitadores pouco pacatos convivem assim com figuras de respeito, que não guardam sigilo de matérias reservadas e até proibidas, lamenta o crítico e humorista. Em “discretas academias”, alguns contemporâneos, observando o aspecto e o comportamento dos homens de letras, chegam mesmo a imaginar que a poesia é “febre maligna” e fonte de ociosidade<sup>62</sup>.

Cafés e lojas de câmbio rivalizam em número na capital portuguesa<sup>63</sup>, onde, à semelhança do que acontece no país, tudo é caro na viragem do século: as rendas de casa<sup>64</sup>, as refeições em casas de pasto<sup>65</sup>, os bens de primeira necessidade e os artigos supérfluos<sup>66</sup>. Apesar disso, as feiras enchem-se de janotas e senhoras vestidas à moda que desprezam os vendedores de frutas, carnes e farinhas e disputam a atenção de capelistas e ourives<sup>67</sup>. Mas é no passeio público, à sombra de frondosas árvores, que desfilam as maiores extravagâncias femininas e masculinas do tempo. As damas vestidas à francesa rendem-se à moda das barretinas e das toucas, guarneçadas de flores. As perucas usam-se parcimoniosamente e os decotes são abundantes. As mulheres burguesas e as senhoras das melhores casas dizem viver em Lisboa à estrangeira.

<sup>61</sup> Idem, *ibidem*, 2, Fevereiro de 1802, p. 3.

<sup>62</sup> Idem, *ibidem*, 2, Fevereiro de 1802, p. 17.

<sup>63</sup> “Alli vemos agora hum homem, que lhe deo na mania em andar pelas ruas com lápis na mão marcando em hum papel quantas casas de cambio tem Lisboa; porque diz que quer ver por curiosidade se na conta dellas cabe huma a cada duas lojas de café”, José Daniel Rodrigues da Costa, *Câmara Óptica onde as vistas ás avessa mostram o mundo ás Direitas...* cit., [1807], I, p. 16.

<sup>64</sup> “He nesta mesma rua, em hum escriptorio, que hum letrado está com as mãos na cabeça, pelo escrevente lhe dizer, que não acha casas para o doutor viver, de vinte moedas pêra baixo; grita o letrado contra o senhorio”, José Daniel Rodrigues da Costa, *O Espreitador do Mundo Novo, Obra crítica, moral e divertida*, 4, Abril de 1802, p. 12.

<sup>65</sup> Idem, *ibidem*, p. 4. Os mesmos tópicos em *Memórias Particulares de Inácio José Peixoto*, estudo introdutório de Luís A. de Oliveira Ramos e fixação do texto de José Viriato Capela, Braga, Arquivo Distrital, 1992.

<sup>66</sup> Em face disto, o redactor do *Comboy de mentiras* pergunta: “Não bastava a debilidade em que nos achamos pela carestia de tudo? Não bastava pagar a renda das casas em que moramos como se as comprássemos? Não bastava o gasto que fazemos no calçado, que se os çapatos dos nossos avós, levavam sólas, rostos, tombas, e tacões, hoje há tal que rompe n’hum dia dois pares de chinelas, porque parecem feitas de papel? Não bastava a chusma de calotes, com que nos devoramos huns aos outros? Não bastava a immensidade de casas de pasto, que cada dia nos levão mais do que grangeamos cada semana? Não bastava o invento do café, e licores, a que toda a tafularia está sujeita?” *Comboy de Mentiras...* cit., 1801, 24, p. 9.

<sup>67</sup> Vejam-se os inúmeros apontamentos cómicos contidos em *O Espreitador do Mundo Novo, Obra crítica, moral e divertida*, 3, Março de 1802, com o título: “O Espreitador nas feiras”, pp. 1-21.

Consoante as modas que adoptam e os modos de convívio que cultivam em assembleias, na ópera ou no teatro, assim se dizem Lafayetas, Tarilêtas, Cisalpinas e Raguzanas<sup>68</sup>. As mais atrevidas damas modernas, “affectadas doutoras, a quem a barretina serve de borla, e o citoyen de capello” são apontadas a dedo e acusadas de má conduta moral<sup>69</sup>.

No capítulo das aparências, os apontamentos cómicos do *Espreitador do Mundo Novo* são bem mais sarcásticos para os homens que também frequentam o passeio público. Aí são especialmente visados os tafuis, ou janotas, os jovens amarrados e os peraltas affectados. Gente viciosa e sem ocupação que vive na dependência do tabaco, do café, do vinho e do jogo<sup>70</sup>, sem ocupação fixa e sem estatuto social elevado. Alguns dos traços de comportamento destes homens são motivo de reparo caricatural pela “abbreviatura, em que se pôz a tafularia de Lisboa; pois suppre hoje as longas corteziás, que os chapéos fazião algum tempo; com um *viva* muito apressado. A maior parte dos tafúes já escrevem com character inglez, onde por abbreviatura poupão os feitiços ás letras [...] e as palavras com tantos breves, que vem a necessitar de tradução [...] são breves no prometer, breves no fallar, breves na meza, breves na Igreja, breves nas paixões namoratorias, breves nos discursos, que em breve fallão muita cousa que se não entende, e até trazem as bolsas sempre breves”<sup>71</sup>.

Dentro da hierarquia dos locais públicos as igrejas continuavam a ter a primazia, porém o comportamento de fregueses e devotos revelava-se deveras decepcionante. No Verão, as pessoas entravam nos templos quase tão descompostas como quando iam a banhos, “encamizadas de braços nus e meios cocos na cabeça”, de leque e não se curvando muito<sup>72</sup>. No adro das igrejas tomava-se rapé e comerciava-se rapé, vendido em caixas muito vistosas com três tipos de motivos: o retrato de um general francês, a imagem de uma “Madama trajada à tafula”, ou um “jogo do voltarete reduzido a ponto pequeno”<sup>73</sup>. Por mais caricaturais que sejam os comportamentos e os votos da mocidade que assiste à missa, causam igualmente estranheza os procedimentos dos que dentro da igreja ostentam devoção e fora dela se comportam como incrédulos. Para

<sup>68</sup> José Daniel Rodrigues da Costa, *Ópios que dão os Homens e as Senhoras na Cidade de Lisboa Huns aos Outros...* cit., pp. 4-6; Idem, *Comboy de mentiras...* cit., 1, p. 10-16; idem, *O Espreitador do Mundo Novo, Obra crítica, moral e divertida*, 7, Julho de 1802, p. 8.

<sup>69</sup> José Daniel Rodrigues da Costa, *Comboy de mentiras...* cit., 8, 1801, pp. 1-2.

<sup>70</sup> José Daniel Rodrigues da Costa, *O Espreitador do Mundo Novo, Obra crítica, moral e divertida*, 7, Julho de 1802, pp. 2-3.

<sup>71</sup> José Daniel Rodrigues da Costa, *O Espreitador do Mundo Novo, Obra crítica, moral e divertida*, 11, Novembro de 1802, pp. 12-13.

<sup>72</sup> Idem, *ibidem*, 6, Junho de 1802, p. 3.

<sup>73</sup> Idem, *ibidem*, 6, Junho de 1802, p. 4.



além disso, são também motivo de crítica os que praticam uma piedade de aparato<sup>74</sup> e que, por escrúpulo de inúmeros pecados, incluindo o de usura, se sentem desobrigados “em tendo quatorze irmandades, que levem no enterro sete dúzias de tochas acesas; e em deixando cento e vinte moedas de dez réis para cento e vinte pobres”<sup>75</sup>, enfim com tudo isto julgam, conclui o crítico, que “ficão contrapezados os seus descuidos para com Deos, e para com o mundo”<sup>76</sup>.

E se algumas vozes que se ouviam no coro dos ofícios divinos deleitavam, à noite, os espectadores que se dirigiam à ópera e a outras representações dramáticas, isso não era apenas um sinal dos tempos, mas uma necessidade de sobrevivência para alguns “tafuis”<sup>77</sup>, como assinala o autor do *Comboy de mentiras*, que destina, também, aos mesmos fregueses as suas publicações periódicas, compostas por notícias, histórias mundanas, avisos, anedotas galantes, adivinhas, poesias e jogos. Neste capítulo, procura até tornar mais atractiva a prática social das apostas de tabuleiro e de cartas, ministrando todo o tipo de informes sobre as origens, as regras e os consumos associados às diferentes classes de jogos. Em referência ao segredo dos *três-sete*, diz, para despistar os entusiastas, que o jogo foi “inventado em Hollanda por tres Flamengos, em memória das sete províncias”. E acrescenta que ele “entretém muito, e he capaz de dar consumo em huma hora, a hum arratel de tabaco, porque de ordinário, a cada carta que se descobre, se toma huma pitada”<sup>78</sup>.

A realidade do jogo não se confina a um qualquer nexó racional. Sendo fruto do acaso, o seu êxito mobiliza, no entanto, atitudes e valores socialmente valorizados, como sejam, a tensão e a incerteza e a vontade de arriscar e de vencer<sup>79</sup>. Na viragem do século, estes factores ajudam a explicar a ligeireza frívola dos viciados e o forte apelo exercido pelos jogos de azar, em que tudo se perde e ganha, como refere, com conhecimento de causa, José Daniel Rodrigues da Costa, assíduo frequentador, tal como Nicolau Tolentino, da Botica Azevedo no Rossio<sup>80</sup>. Deste modo, o moderno auto-retrato do moralista não se desliga dos traços psicológicos do jogador

<sup>74</sup> “Muitas vezes se observão que em huma procissão de Penitência vão alguns mettendo a cara pelos ranchos que encontrão; desfazendo-se em cortezas para as janellas; vão rindo, e conversando, como se fossem de passeio a alguma quinta. Não os conduz alli a devoção, mas sim a vaidade; e quando se querem pôr bem com Deos, he quando já não podem comsigo”, Idem, *ibidem*, 6, Junho de 1802, p. 10.

<sup>75</sup> José Daniel Rodrigues da Costa, *Câmara Óptica onde as vistas ás avessa mostram o mundo ás Direitas...cit.* [1807], VIII, p. 10.

<sup>76</sup> Idem, *ibidem*.

<sup>77</sup> José Daniel Rodrigues da Costa, *O Espreitor do Mundo Novo, Obra crítica, moral e divertida*, 6, Junho de 1802, p. 3.

<sup>78</sup> José Daniel Rodrigues da Costa, *Comboy de Mentiras, vindo do reino petista com a fragata Verdade Encoberta*, 20, Outubro de 1801, p. 7.

<sup>79</sup> Johan Huizinga, *Homo Ludens. Um estudo sobre o elemento lúdico da cultura*, Lisboa, Edições 70, 2003.

<sup>80</sup> Claude Maffre, *ob. cit.*, p. 266.

impenitente que “o vício perseguia”, com “baralhos novos” no bolso e sonhos de riqueza fácil em mente:

“Eis que alli me conduzem meus peccados,  
O gosto de appontar me desafia,  
Sem prever, que a Fortuna, como ímpia,  
Faz dos ossos, e cartas desgraçados”<sup>81</sup>.

### Linguagens e motivos de disputa: figuras sociais

Os conflitos simbólicos e de representação que, na antecâmara do liberalismo, marcam a sociedade portuguesa têm um cunho reconhecidamente burguês. Sem contestação se afirma ser o dinheiro a “mola real” do mundo<sup>82</sup>. De facto, a imagem que se pretende fixar é a de que, nas principais cidades do reino e particularmente em Lisboa, os burgueses abastados porfiavam histórias de sucesso. Em conversas de café – afirma o autor da *Câmara Óptica* –, os homens ricos da capital discutiam preços, cotações e despachos de mercadorias. Constituíam um exemplo e acabavam por ser um motivo de discórdia para aqueles que ambicionavam fazer fortuna ou conquistar uma posição de maior destaque social. No passado “cada hum se continha nos limites, em que o seu nascimento o punha”, porém, observa Daniel Rodrigues da Costa, hoje “os criados querem ser amos; os oficiais mestres; os caixeiros patrões; os alcaides ministros; e os filhos donos de casa”<sup>83</sup>.

A ambição que comanda tais sonhos de ascensão social reflecte-se de modo muito particular no reconhecimento público reclamado pelos homens de letras e, também, na notoriedade conquistada por militares e magistrados, em tempo de guerra e de recomposição da justiça. O talento literário, reservado apenas a uma pequena elite, revelava-se, no entanto, uma questão controversa. A relação entre a inspiração e a mercadoria, entre o autor e o livro já não dependia, exclusivamente, como no passado, do mecenato e de clientelas aparentemente

<sup>81</sup> José Daniel Rodrigues da Costa, *Rimas offerecidas ao Ilmo. Senhor Theotónio Gomes de Carvalho, do Conselho de Sua Magestade, e do Ultramar...*, Lisboa, Offic. de Simão Thaddeo Ferreira, 1797, t. 2, p. 10.

<sup>82</sup> Como escrevia José Daniel Rodrigues da Costa, os homens “Fazem que a mola real / Do mundo seja o dinheiro, / Que da virtude ande escondida, / Que o vício saia a terreiro. / Por causa desse metal / Andão gentes contra gentes, / Nem amigos há seguros, / Nem segurança nem parentes”, *Resposta À Proclamação do General Augerau Desmascarado nesta analyse que dedica ao Senhor J.J. de C.*, Lisboa, Na officina de Simão Thaddeo Ferreira, 1809, p. 3.

<sup>83</sup> José Daniel Rodrigues da Costa, *O Espreitor do Mundo Novo, Obra Crítica, moral e divertida*, 2, Fevereiro de 1802, p. 18.



predefinidas. A fama de um literato jogava-se, cada vez mais, junto do público e pressupunha, pelo menos, a conquista de um nicho de mercado nos negócios de livraria. Encarado apenas nesta perspectiva, o impulso para a profissionalização da actividade literária era mal visto na sociedade portuguesa de finais de Setecentos. Se entre os homens de letras havia quem sustentasse que o caminho do reconhecimento literário não devia confundir-se com a popularidade alcançada junto do público, alguns espíritos mais independentes e menos atreitos ao peso das convenções académicas começavam por derrubar, nem sempre com os melhores argumentos, tal preconceito. Para melhor se perceber o que estava em jogo, atente-se aos termos de uma pretensa carta recebida pelo editor do *Espreitador do Mundo Novo* e respectiva resposta, estampada, juntamente com a missiva em causa, no folheto número 6, de Junho de 1802. Na primeira carta ataca-se “a mania de escrever para o público [...] obras onde a graça entra, jogando às escondidas”<sup>84</sup> em relação a vidas alheias. Argumenta o crítico que, com essas obras menores, o autor “empreheende immortalizar-se por força na sociedade litteraria”, e intenta dissuadi-lo desse “ingénuo” propósito, com estas palavras: “Ora deixe-se disso, que não o consegue. Olhe que eu, e muita gente mais já hoje sabemos o que he compôr produções de outra ordem, que não são as suas; e se não gastou o seu tempo da mocidade em estudos de outro lote, não se meta a esperto: olhe que o Mundo, que v. m. chama novo tem tambem descoberto homens de talentos, e de lição mais séria”<sup>85</sup>. Contra a sabedoria presumida do seu interlocutor anónimo, o editor e autor do *Espreitador do Mundo Novo*, não abdica da sua exposição pública, parece convicto do seu talento e promete “continuar a escrever, a compor e a lucrar”<sup>86</sup> com as suas produções literárias. É claro que não coloca os seus escritos ao nível da reflexão dos filósofos do século, mas refere que outros honrados literatos do seu tempo vivem da escrita e tradução de novelas, “de que Lisboa está minada”, e acrescenta em defesa do seu estatuto de autor, que no meio editorial português, “as traduções são as façanhas que hoje se fazem”<sup>87</sup>. Em suma, personificando a atitude do moderno homem de letras, José Daniel Rodrigues da Costa dispensa mecenas literários, não escreve sob anonimato e celebra a popularidade dos seus escritos. Mas nem por isso deixa de lamentar a miséria de outros escritores e poetas seus contemporâneos que desperdiçavam o seu talento em convívios desinteressantes e em outeiros conventuais. Com ironia descreve o “frenezim de cortezias”, “os vexames” e incompreensões destes certames poéticos, a que se devotam as senhoras das melhores famílias<sup>88</sup>.

<sup>84</sup> Idem, *ibidem*, 6, Junho de 1802, p. 13.

<sup>85</sup> Idem, *ibidem*, 6, Junho de 1802, p. 14.

<sup>86</sup> Idem, *ibidem*, 6, Junho de 1802, p. 18.

<sup>87</sup> Idem, *ibidem*, 6, Junho de 1802, p. 17.

<sup>88</sup> José Daniel Rodrigues da Costa, *Comboy de Mentiras, vindo do reino petista com a fragata Verdade Encoberta*, 18, Setembro de 1801, pp. 6-10.

Por oposição, refere o respeito devido a magistrados e militares, profissões muito necessárias à paz e à boa ordem da sociedade. O bom vassalo distinguia-se, em seu entender, pelo amor ao trono, a submissão às leis e o respeito aos magistrados<sup>89</sup>. A justiça, encarada como um sólido pilar da monarquia, embora nem sempre exercida por homens probos, como enfatiza o moralista, conferia, contudo, indiscutível dignidade a quem dela se ocupava nos tribunais. A crítica dirigida aos magistrados em várias ocasiões atinge, talvez, o seu ponto mais alto, quando se aborda a miséria das prisões e a “falta de humanidade” dos oficiais de justiça que julgam e condenam cegamente. Na sua visão filantrópica do homem vicioso regenerado pelo Estado-Polícia, *O Espreitador do Mundo Novo* conclui que: “não há cousa mais horrorosa, que ser o homem, na sua ocupação de justiça, um feroz inimigo do seu semelhante, quando podia e devia exercer a sua ocupação sem crueldade”<sup>90</sup>.

A par dos defensores dos réus colocava os defensores da pátria. Em relação à milícia exprimia a opinião de que este corpo privilegiado, composto por gente com deficiente preparação, mas com direito a insígnias e patentes, se tornara inimiga do trabalho. Por isso, não evita o sarcasmo quando lança a pergunta: “Que cousa melhor, e de mais esperança para os ociosos, que o emprego militar, onde o trabalho é divertimento; a vida nobreza, e a morte em desempenho dos seus deveres honra?”<sup>91</sup> Este juízo, proferido em período de instável pacificação, ante a iminência de uma escalada militar de grande envergadura da coligação franco-espanhola, não poderia deixar de produzir efeitos políticos. A cinco anos de distância das campanhas napoleónicas na Península Ibérica, a dúvida acerca da falta de operacionalidade do exército português acentuava, dentro e fora dos quartéis, o temor e a desconfiança de uma possível aliança estratégica com Inglaterra, no plano militar. Neste quadro, é sob o signo da incerteza que os sectores mais esclarecidos da população vivem o intervalo que medeia entre as campanhas do Rossilhão (1793-1795) – quando se constitui uma força conjunta de tropas espanholas e portuguesas para combater a França revolucionária – e a declaração de Bloqueio Continental, anunciada pelo governo francês, em de 21 de Novembro de 1806, em vésperas da ocupação napoleónica da Península Ibérica.

<sup>89</sup> José Daniel Rodrigues da Costa, *O Espreitador do Mundo Novo, Obra crítica, moral e divertida*, 5, Maio de 1802, p. 4.

<sup>90</sup> Idem, *ibidem*, 5, Maio de 1802, p. 6.

<sup>91</sup> Idem, *ibidem*, 4, Abril de 1802, p. 12.



### Tensão e incerteza – a campanha napoleónica

Até à ocupação Francesa (1807-1808) são raras as publicações que assumem, abertamente, posições de sistemática oposição política à monarquia absoluta e que põem em causa as instituições do Estado<sup>92</sup>. Todavia, o período que antecede a Constituição de Cádiz (1812) funcionou como uma espécie de laboratório do vocabulário liberal português. Só entre 1808 e 1809 vêm a público cerca de três dezenas de periódicos<sup>93</sup>, dos quais sobressaem o primeiro diário português, o *Diário Lisbonense* (1809-1813), o famoso *Semanário Patriótico* (1808) traduzido do espanhol, a popular *Gazeta de Almada* ou *Telescópio Português* (1809-1810) e, entre muitos outros, o *Correio da Península* (1809-1810), um dos mais importantes periódicos liberais deste período<sup>94</sup>. Enquanto durou a guerra peninsular (1807-1814), a expansão da imprensa beneficiou da liberdade que os poderes públicos concederam aos redactores de folhetos, jornais, panfletos, caricaturas, folhas volantes e proclamações, na expectativa de que todos esses papéis contribuíssem para unir o povo contra ocupantes franceses. Esta estratégia de mobilização dos prelos para combater os jacobinos e os exércitos de Napoleão é clarificada por Francisco Soares Franco, redactor da *Gazeta de Lisboa*, órgão oficial da Regência, num célebre artigo intitulado “discurso sobre a utilidade dos papéis públicos na presente guerra”, publicado em Janeiro de 1809<sup>95</sup>. Não surpreende assim que só, em Lisboa, a Imprensa Régia tenha publicado 700 panfletos, entre 1808 e 1811<sup>96</sup>.

Na capital, conspirava-se nas ruas, no passeio público e, especialmente, nos cafés e lojas de bebidas do Rossio e Cais do Sodré. “As esquinas sofocavam de pasquins”, os baotos corriam depressa e os papéis volantes andavam de mão em mão<sup>97</sup>. Do enorme conjunto de opúsculos e

<sup>92</sup> Com notícia de alguns casos rastreados nos processos da Intendência Geral da Polícia e na correspondência diplomática das mais importantes missões estrangeiras em Lisboa, Graça e J. S. da Silva Dias, *Os Primórdios da Maçonaria em Portugal*, vol. 1, t.1, Lisboa, Instituto Nacional de Investigação Científica, 1980, pp. 339 e ss.

<sup>93</sup> José Tengarrinha, *História da Imprensa periódica...*, pp. 60-61.

<sup>94</sup> Sobre o tema veja-se, Maria do Rosário Themudo Barata, “Sentido da palavra Constituição e debate em torno dos conceitos de constitucionalismo e nacionalismo”, *Estudos de Homenagem a Luís António de Oliveira Ramos*, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2004, vol. 1, pp. 225-237.

<sup>95</sup> *Gazeta de Lisboa*, 1.º Supl. Ao n.º 1, 6.01.1809. Cf. Georges Boisvert, *Un pionnier de la propagande liberale au Portugal: João Bernardo da Rocha Loureiro (1788-1853)*, Paris, Fundação Calouste Gulbenkian, 1982, p. 275 e Sandra Ataíde Lobo, “A *Gazeta* de Francisco Soares Franco: um redactor em guerra”, in João Luís Lisboa (coord.) *Cadernos de Cultura – Gazetas. A informação política nos finais do Antigo Regime*, n.º 4, 2002, pp. 78 e ss.

<sup>96</sup> António Pedro Vicente “Panfletos anti-napoleão”, in João Medina, (dir.), *História de Portugal*, Vol. VIII, *Portugal Liberal*, Amadora, Clube Internacional do Livro, 1995, p. 48; Nuno Daupias d’Alcochete, “Les pamphlets portugais antinapoléoniens”, *Arquivos do Centro Cultural Português*, Paris, Vol. 11, 1977, pp. 507-515; e Lúcia Maria Basto Pereira das Neves, *Napoleão Bonaparte. Imaginário e política em Portugal c. 1808-1810*, São Paulo, Alameda Editora, 2008.

<sup>97</sup> José Daniel Rodrigues da Costa, *Conversação Nocturna das Esquinas do Rocio de Lisboa*, Lisboa, Offic. de Simão Thaddeo Ferreira, 1812.

periódicos de temática anti-napoleónica então publicados, sobressaem as composições *Protecção à Francesa* (1807) e *Conversação Nocturna das esquinas do Rossio de Lisboa* (1812) de José Daniel Rodrigues da Costa. Estes títulos são, talvez, os que melhor ilustram a alegorização do quotidiano e o triunfo da linguagem das coisas banais no discurso de propaganda política. Num registo mais noticioso, a tensão do momento e as dificuldades então vividas pelas populações são igualmente mitigadas pelo riso sardónico do perspicaz fazedor de comédias. Por exemplo, a *Câmara Óptica*, quando retoma a sua publicação, no Verão de 1807, traz uma pequena resenha dos efeitos do bloqueio naval na barra do Tejo. Em vez de lastimar a carestia dos preços de bens de primeira necessidade, o articulista aplaude a procura do tabaco e de charutos, devido às elevadas margens de lucro que a sua comercialização proporcionava a muita gente na Corte<sup>98</sup>. O mecanismo de inversão carnavalesca topa-se, entre outras passagens, numa alusão indirecta feita à concordata assinada pelo Estado francês e o Vaticano, em 1801. Depois desse acontecimento, diz-se que o imperador dos franceses “anda fazendo toda a diligência por ser papa em Roma [...] para com mais validade absolver todas as fragilidades da sua tropa”<sup>99</sup>. Para além disso, assinala-se, com grotesca mordacidade, que “a família napoleôa” tinha “inclinação à vida eclesiástica”, porque José Bonaparte, cuja política anticlerical e antisenhorial na Corte de Espanha se tornava notada, ocultava o seu fatal destino debaixo da pretensa “fama de insigne pregador em sermões de paixão”<sup>100</sup>.

No seu intuito de promover o riso em vez do pranto, o autor da *Câmara Óptica* dá a ver tudo ao contrário: os franceses muito próximos dos altares, o Imperador e Grande Protector da Confederação do Reno como emissário da paz, as tropas inimigas como leais defensoras da casa reinante de Bragança e os afrancesados como bons patriotas. Sobre este tópico, a reinvenção trágico-cómica de sucessos reais repete, sob a forma de refrão, uma ideia que os factos contraditavam e que a linguagem burlesca devolve ao combate político:

“Pôr tudo a pedir esmola,  
Desarranjar arranjos,  
Fazer povos desgraçados,  
Pondo mordanças nas bocas,  
Só cabe em cabeças ocas;

<sup>98</sup> José Daniel Rodrigues da Costa, *Câmara Óptica onde as vistas ás avessa mostram o mundo ás Direitas...* cit., [1807], VIII, p. 16.

<sup>99</sup> Idem, *ibidem*, p. 17.

<sup>100</sup> Idem, *ibidem*.



Mas esta grande altiveza  
É protecção à francesa

Desarmar o povo todo,  
Mandar-nos a tropa embora,  
Pôr a fidalguia fora,  
E depois até fazer  
Pedir o que ninguém quer  
Tão baixa delicadeza  
É protecção à francesa

Roubar os templos sagrados,  
Roubar a Casa Real,  
Entrar na Patriarcal  
Em nove meses um dia!  
Portugal, quem tal diria!  
Mas este mal que te lesa  
É protecção à francesa

Entrar nas casas dos grandes,  
Destruir o que elas têm,  
Sem lhes custar um vintém,  
Querendo afectar por logro  
Vilão em casa de sogro:  
Tão descarada esperteza  
É protecção à francesa<sup>101</sup>

A poesia cumpre assim a função de fornecer refrões e lemas de combate partidário. À semelhança da literatura de cordel, os versos patrióticos contra Napoleão e os seus exércitos enaltecem a resistência popular, politizam a penúria do quotidiano e ridicularizam os maiores vultos da história política de França, depois da Revolução. Neste processo, a caricatura política, parte integrante da propaganda antinapoleónica, universaliza a mensagem e alarga indefinidamente as possibilidades de leitura de discursos e imagens que jogam com crenças,

<sup>101</sup> José Daniel Rodrigues da Costa, *Protecção á franceza*, Coimbra, Real Imprensa da Universidade, 1808, pp. 12-14.

símbolos e instituições ancestrais<sup>102</sup>. Os ataques têm como alvos a política, a moral e a religião dos invasores. A França é apresentada como uma nação tirânica e degenerada, dominada por políticos viciosos e brutais. Napoleão é mitificado e os franceses tomados como usurpadores são temidos pela sua irreligião e consabida rapacidade. A velocidade com que a informação circula e a intensidade das campanhas de propaganda permitiram forjar imagens e memórias contraditórias que, na pena de José Daniel Rodrigues da Costa, sinalizam bem os efeitos sociais de um tempo de transição e as transformações culturais e políticas que preludiam o ocaso do Antigo Regime em Portugal.

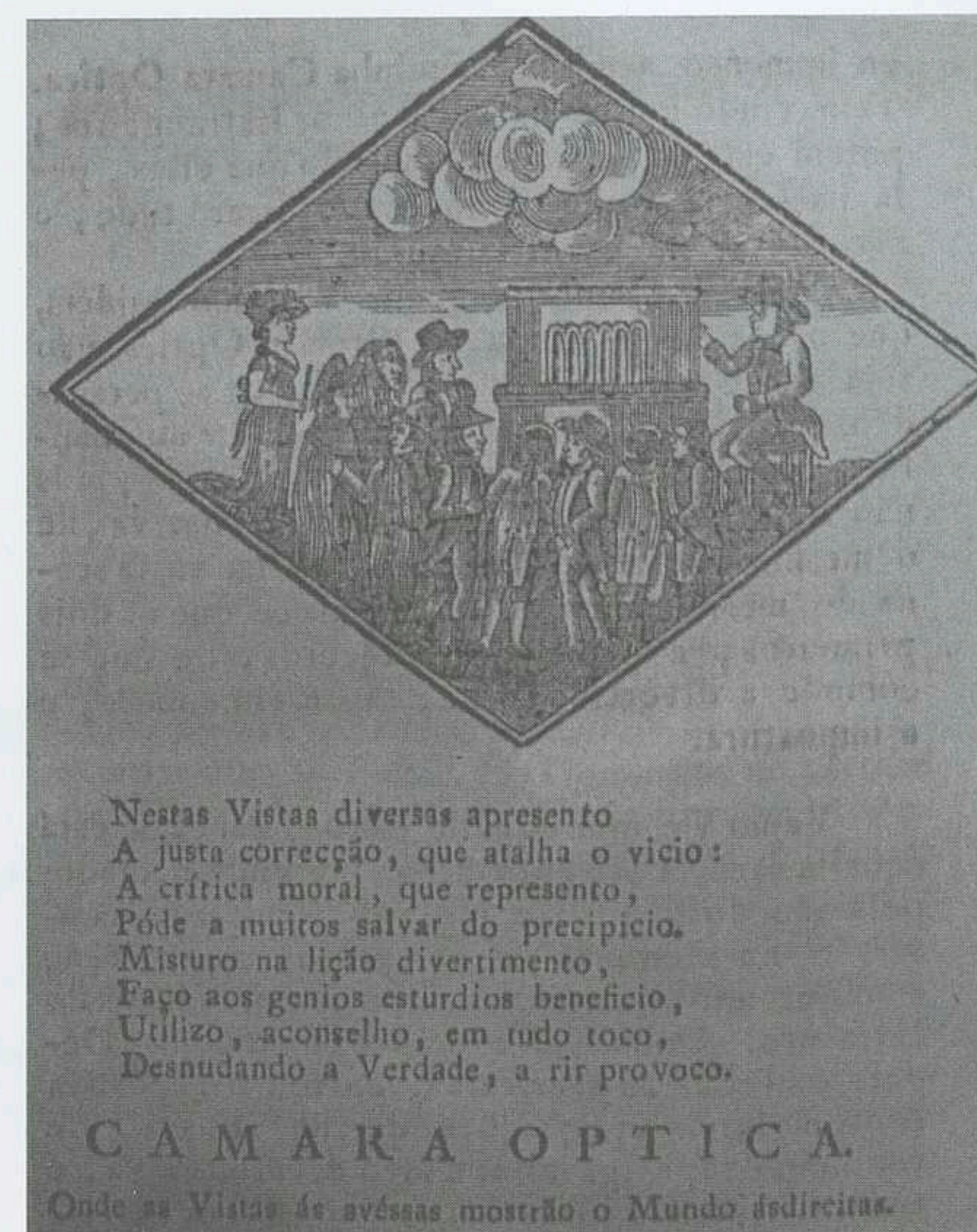


Fig. 3 - Folha de rosto da 1.ª edição da *Câmara Óptica* (1807-1811)

<sup>102</sup> Ana Cristina Araújo, "As invasões francesas e a afirmação das ideias liberais", in José Mattoso (dir.), *História de Portugal*, t. V, *O Liberalismo* (coord.) Luís Reis Torgal e João Lourenço Roque, Lisboa, Círculo de Leitores, 1993, p. 42.